

País saiu do trilho da modernidade, afirma economista

Vera Saavedra Durão
Do Rio

O economista e professor da universidade de Oxford Sanjaya Lall disse ontem que o Brasil encontra-se fora do modelo que tem permitido aos países buscar o desenvolvimento: produção e exportação de bens de alta tecnologia.

Em palestra no painel "A nova agenda mundial: revolução tecnológica e integração global" — que abriu o seminário internacional de desenvolvimento promovido pelo BNDES —, ele afirmou que o Brasil "quase não aparece no mapa dos países de alta tecnologia" e perde nesse campo para a China, que hoje exporta US\$ 14 bilhões desses produtos vendendo principalmente computadores e semicondutores. O economista indiano admitiu que há partes do mundo marginalizadas pela globalização.

A globalização, disse, mobiliza duas forças no mundo de hoje: sua força motriz é a tecnologia, a aceleração do desenvolvimento tecnológico aproximando as economias. A segunda força é a liberalização, com limites. A competitividade é feroz, mas o "laissez-faire" não é a melhor maneira de enfrentar a globalização, comentou o economista. "Não abrir tanto a economia pode tornar governos fortes para enfrentar a força da tecnologia." Para ele, o Estado não pode ser reduzido nesse processo.

A China, disse, não é uma economia aberta, mas os chineses combinaram estratégia de inserção no mercado mundial e política industrial e chegaram lá. Ele relatou que pequenas empresas da China, instaladas em lugares remotos, com executivos que

não falam inglês mas percebem as mudanças tecnológicas e tornaram o país beneficiário dessa face da globalização. "A América Latina ficou estagnada e a África está fora da lista dos países mais bem-sucedidos nesta área.

Para Lall, Índia e Brasil não acessaram a estratégia da globalização que levou a China e outros países asiáticos como Coreia do Sul e Taiwan a tomarem este bonde. "Índia e Brasil perderam a oportunidade". Quatro a cinco fatores de competitividade são fundamentais para os países ingressarem no clube fechado da alta tecnologia: capital humano, esforço tecnológico, entrada de investimentos diretos dirigidos para o setor, inclusive via terceirização por grandes multinacionais, produção de produtos de alta tecnologia e infra-estrutura. Também mencionou como fundamental o país ter uma política industrial.

O italiano Giovanni Dosi, da Universidade da Califórnia, defende também realçou a atuação das políticas públicas para os países se desenvolverem e inovarem em tecnologia. Ele defendeu hoje a construção de um consenso mundial oposto ao consenso de Washington. "Uma visão mais fresca do presente, com as lições sofisticadas do passado devendo ser reaprendidas, com a economia tendendo a vender expectativas mais racionais".

Na ótica do economista italiano, o debate internacional sobre desenvolvimento e a revolução tecnológica passa pela constatação de que a acumulação tecnológica está ligada a evolução da renda per capita dos países. "A diferença do conhecimento tecnológico é cada vez maior entre países mais ricos e pobres", enfatizou.

"O clube dos inovadores é muito pequeno (EUA, Alemanha, Japão, Coreia e Taiwan) e o número de novos adeptos é menor ainda", disse. Para ele, o domínio da globalização tem sido principalmente sobre os mercados financeiros.

Dosi destacou ainda que a contribuição das multinacionais para o desenvolvimento dos países no mundo tem sido muito pequena na área tecnológica. No caso da propriedade intelectual, por exemplo, o padrão hegemônico "está na ponta do revólver, exigindo a imposição de um só modelo para todos os países. Depois da década de 70 o que se tem é um processo de polarização". O modelo de distribuição tecnológica é de um clube dos ricos e dos relativamente pobres como possibilidade de transição baixa de um para o outro.

Para Albert Fishlow, o desenvolvimento de países como o Brasil, que precisam voltar a crescer, passa pela questão tecnológica entendida como aumento das exportações e redução das importações. Ele lembrou que o Brasil precisa crescer suas exportações em cerca de 8% ao ano para aumentar sua inserção no mercado mundial e alcançar um percentual na relação PIB/exportações de pelo menos 15% contra os atuais 5% a 10%.

O professor da universidade de Columbia defendeu a necessidade do país exportar mais produtos manufaturados, como os aviões da Embraer e defendeu o crescimento da poupança interna do governo para reduzir a dependência dos capitais internacionais. Reconheceu, porém, que o superávit primário fixado no acordo com o FMI para o futuro governo, de 3,75% está no limite, não pode ser maior se o país quiser retomar o crescimento.